

ESCREVENDO A GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO EM CAMPO

WRITING POPULATION GEOGRAPHY IN THE FIELD

ESCRIBIENDO GEOGRAFÍA DE POBLACIÓN EN EL CAMPO

Azânia Mahin Romão Nogueira¹

 0000-0001-6637-9883

azania.mahin@gmail.com

Edla da Silva Marciano²

 0009-0009-0473-1832

edlasmarciano@gmail.com

¹ Professora substituta no Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia. Doutoranda em Geografia do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Mestre e graduada em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6637-9883>. E-mail: azania.mahin@gmail.com.

² Técnica em Agroecologia pelo Instituto Federal de Alagoas - Campus Piranhas. Licencianda no Curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0473-1832>. E-mail: edlasmarciano@gmail.com.

Artigo recebido em novembro de 2024 e aceito para publicação em maio de 2025.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Esse artigo reflete a experiência na disciplina Geografia da População, abordada na Universidade Federal da Bahia em 2024. Enfatizamos a Escrevivência, conceito proposto por Conceição Evaristo, enquanto epistemologia, tendo como base teórico-metodológica o Pensamento Negro, destacando as Geografias Negras. As autoras apontam limitações da abordagem tradicional do componente curricular, defendendo uma construção que incorporou saídas de campo e uma abordagem crítica sobre a população, integrando temas como raça, gênero, trabalho e memória. Estruturado em quatro partes, o artigo oferece perspectivas a partir da visão docente e discente sobre a prática acadêmica, dando ênfase a saída de campo ao centro de Salvador enquanto ferramenta crucial de aprendizagem, para observar as dinâmicas sociais e espaciais, evidenciando desigualdades, especulação imobiliária e exclusão urbana.

Palavras-chave: Geografia da População. Geografias Negras. Escrevivência. Saída de campo. Metodologias de ensino.

ABSTRACT: This article reflects on the experience in the Population Geography course taught at the Federal University of Bahia in 2024. We emphasize Escrevivência, a concept proposed by Conceição Evaristo, as an epistemology, using Black Thought as a theoretical-methodological foundation and highlighting Black Geographies. The authors identify limitations in the traditional approach to the curriculum, advocating for a framework that incorporates field excursions and a critical perspective on population studies, integrating themes such as race, gender, labor, and memory. Structured in four parts, the article offers perspectives from both teaching and student viewpoints on academic practice, emphasizing the field excursion to downtown Salvador as a crucial learning tool for observing social and spatial dynamics and uncovering inequalities, real estate speculation, and urban exclusion.

Keywords: Population Geography. Black Geographies. Escrevivência. Field excursion. Teaching methodologies.

RESUMEN: Este artículo refleja la experiencia en la asignatura Geografía de la Población, impartida en la Universidad Federal de Bahía en 2024. Enfatizamos la Escrevivência, un concepto propuesto por Conceição Evaristo, como una epistemología, tomando el Pensamiento Negro como base teórico-metodológica y destacando las Geografías Negras. Las autoras señalan limitaciones en el enfoque tradicional del currículo, defendiendo una estructura que incorpora salidas de campo y una perspectiva crítica sobre la población, integrando temas como raza, género, trabajo y memoria. Estructurado en cuatro partes, el artículo ofrece perspectivas desde la visión docente y estudiantil sobre la práctica académica, dando énfasis a la salida de campo al centro de Salvador como herramienta crucial de aprendizaje, para observar las dinámicas sociales y espaciales, evidenciando desigualdades, especulación inmobiliaria y exclusión urbana.

Palabras clave: Geografía de la Población. Geografías Negras. Escrevivência. Salida de campo. Metodologías de enseñanza.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da nossa experiência na disciplina Geografia da População, oferecida no primeiro semestre de 2024 no curso de graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Por conta de problemas burocráticos referentes à contratação em caráter temporário da docente da disciplina e da greve docente, deflagrada em 29 de abril, o componente curricular iniciou apenas em julho, sendo finalizado em setembro do mesmo ano.

A disciplina se caracterizou pela abordagem teórico-metodológica, amparada na Escrevivência enquanto epistemologia. A Escrevivência, termo cunhado pela escritora e professora Conceição Evaristo está implicada primeiramente com aquilo que vivemos, depois com a teoria que pode categorizá-lo:

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana (Evaristo, 2020, p. 30).

Utilizando da distinção entre epistemologias, paradigmas e metodologias proposta por Patricia Hill Collins, considero que a Escrevivência não se limita a um referencial interpretativo ou princípios ou modos de fazer pesquisa. Ela se apresenta aqui como “teoria abrangente do conhecimento” (Collins, 2019, p. 402), onde a subjetividade e a individualidade são inerentes para compreender “como as relações de poder determinam em que se acredita e por quê” (*Ibid*):

No abebé de Oxum, nos descobrimos belas, e contemplamos a nossa própria potência. Encontramos o nosso rosto individual, a nossa subjetividade que as culturas colonizadoras tentaram mutilar, mas ainda conseguimos tocar o nosso próprio rosto. E quando recuperamos a nossa individualidade pelo abebé de Oxum, outro nos é oferecido, o de Iemanjá, para que possamos ver as outras imagens para além de nosso rosto individual. Certeza ganhamos que não somos pessoas sozinhas. Vimos rostos próximos e distantes que são os nossos. O abebé de Iemanjá nos revela a nossa potência coletiva, nos conscientiza de que somos capazes de escrever a nossa história de muitas vozes. E que a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos (Evaristo, 2020, p. 39).

Conceição Evaristo ainda não nos deixa esquecer que “(...) que nada que eu escrevo é inocente. É muito bem pensado” (Evaristo, 2020, p. 40). Patricia Hill Collins, por sua vez, diz que “as escolhas epistemológicas referentes a em quem se deve confiar, em que acreditar e por que algo é verdadeiro não são questões acadêmicas inocentes” (Collins, 2019, p. 403). Com isso, temos como base teórico-metodológica da disciplina o Pensamento Negro, especialmente o brasileiro, mas também aquele produzido na diáspora e no continente africano. Considerando a inescapável realidade onde a raça estrutura e organiza a sociedade brasileira, dialogamos com outras pessoas que constroem conhecimentos conscientes deste aspecto crucial para a compreensão da formação sócio espacial do país e de sua população. Assim, o Pensamento Negro não é apenas uma teoria produzida por ou para pessoas negras, mas um paradigma do conhecimento que não ignora o papel fundante da raça enquanto ferramenta de organização e hierarquização do espaço e a reconhece em sua experiência de vida, se colocando na construção de uma teoria crítica a serviço da justiça social.

Durante muito tempo a Geografia foi marcada por um enfoque Positivista voltado para a descrição do espaço, baseando-se apenas em aspectos físicos e na relação dos seres humanos com o meio, sem questionar as estruturas sociais ou econômicas. As temáticas relacionadas à população nessa vertente ficavam limitadas a analisar a distribuição espacial das populações, detalhando com precisão, sem entender as “forças motrizes”, como descreve Mormul (2013). Moraes (2005) também fala a respeito quando aborda a geografia de Vidal de La Blache, um dos precursores da tentativa de vincular o propósito humano na geografia:

A Geografia vidalina fala da população, de agrupamento, e nunca de sociedade; fala de estabelecimentos humanos, não de relações sociais; fala das técnicas e dos instrumentos de trabalho, porém não de processo de produção. Enfim, discute a relação homem-natureza, não abordando as relações entre os homens (Moraes, 2005, p. 26).

A partir da segunda metade do século XX, em um cenário de intensas transformações econômicas, tecnológicas, urbanas e sociais, surge o movimento de renovação da geografia que questiona a abordagem tradicional dessa. Surgem desse movimento diversas concepções que, assim como Moraes descreve, é possível agrupá-las “em função de seus propósitos e de seus posicionamentos políticos” (Moraes, 2005, p. 107), resultando na Geografia Pragmática, e na Geografia Crítica.

A Geografia Pragmática, que no Brasil foi denominada Geografia Teorética, visava à eficiência técnica, limitando-se à descrição e ao uso de modelos matemáticos e estatísticos. A aplicação dos conhecimentos geográficos era voltada para o planejamento urbano e econômico, sendo, segundo Moraes (2005) “um instrumento da dominação burguesa”. Já a Geografia Crítica assume uma postura política, analisando o espaço como produto das relações sociais e de poder, evidenciando também as contradições do sistema capitalista. Ela interpreta o espaço não apenas como um conjunto de fenômenos naturais, mas como o resultado de processos históricos e econômicos que estruturam a sociedade.

Segundo Mormul (2013), os Institutos Geográficos e a Geografia Teorética influenciaram e difundiram os estudos populacionais em meados do século XX, sendo tratados de forma mais estatística. A partir de 1950 iniciou-se o que temos hoje como Geografia da População. Ainda segundo a autora, Pierre George foi o primeiro a colocar essa expressão e passou a existir uma maior dedicação aos estudos da população dentro da geografia, sendo a Geografia da População definida como:

a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos de população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não demográficos (Zelinsky, 1969 *apud* Mormul, 2013, p.43).

Isso representou uma mudança significativa, permitindo que o estudo da população passasse a ser analisado com uma visão mais crítica, dentro de um contexto mais amplo, incluindo as relações sociais e econômicas que moldam sua distribuição no espaço. Nesse sentido, estudar a população em um viés crítico é compreender as desigualdades espaciais e reconhecer que a distribuição das pessoas no território não é natural ou neutra, mas que ela reflete as dinâmicas de poder, a exploração econômica e as desigualdades sociais, conforme afirmado por Milton Santos.

Especificamente na Geografia, o Pensamento Negro tem se denominado Geografias Negras, sendo articulado por diversas protagonistas, dentre elas a Rede de Geografias Negras. Posteriormente,

em 2020, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as publicou em sua revista o Caderno Temático “Geografias Negras”, organizado pelas professoras Dra. Lorena Francisco de Souza, Dra. Geny Ferreira Guimarães e pelo professor Dr. Diogo Marçal Cirqueira. No artigo “Geo-grafias Negras & Geografias Negras”, a professora Geny Ferreira Guimarães sistematiza esta forma de “construir trajetórias metodológicas e formas metódicas de trabalho utilizando epistemologias apropriadas” (Guimarães, 2020, p. 304), apontando que a mesma nos possibilita repensar a construção do conhecimento geográfico sistematizado.

Um apontamento pertinente da professora Geny Guimarães, é que as Geografias Negras não são novas, ou “outras”, visto que há muitas décadas o Pensamento Negro na Geografia tensiona o pensamento positivista e suas múltiplas reformas. Nossa objetivo, portanto, não é apenas em destacar a produção acadêmica protagonizada por pessoas negras, mas reconhecer que para intelectuais racialmente conscientes - independente de serem organizados ou não em espaços de militância - o pertencimento racial é um fator inescapável na análise do espaço geográfico.

A professora Geny Guimarães traz uma enorme contribuição para o campo ao caracterizar as abordagens de Geografias Negras a partir de dois elementos principais:

1. Escritas Geográficas Enegrecidas: enegrecer esta ciência com teóricos negros por meio de:
(a) repensar a historiografia da Geografia a partir de rasuras e construções geográficas negras e (b) preocupar-se com uma bibliografia e com um conteúdo epistemológico, metódico e de metodologias negras;
2. Fazer Geográfico Enegrecido: com pesquisas cujos objetos de estudos sejam negros e sobre relações étnico-raciais (Guimarães, 2018, p. 45).

Assim, as Geografias Negras são uma forma de fazer ciência, a partir da Geografia, trazendo uma proposta reparadora frente ao epistemicídio, construindo conhecimento acadêmico apesar da relutância brancocentrada frente não apenas aos temas negros, mas à forma de interpretar a sociedade a partir das relações raciais (Guimarães, 2020). Falar de Geografias Negras, portanto, é ir além do “problema do negro” ou “questões negras”, considerando que a hierarquização racial brasileira é uma herança da branquitude colonialista. Também não resumimos as Geografias Negras ao conhecimento produzido por pessoas afro-brasileiras, visto que os interesses e, especialmente, o comprometimento com a justiça racial é algo particular, individual. As Geografias Negras são construídas coletivamente, a partir de uma ética ancestral:

Um texto negro possui uma forma específica de encadeamento das ideias, junção das palavras e até mesmo estética. O que deve ser considerado nas pesquisas de Geografias Negras. O uso do gerúndio, a hifenização, a propriedade, a pertença de identidade com o assunto, a subjetividade, o individual e coletivo são exemplos de formas enegrecidas na escrita. Uma “dimensão racial do espaço” (Guimarães, 2015) que tanto está presente nos espaços socioespaciais quanto nos espaços acadêmicos.

Os objetos de estudo em algumas pesquisas de Geografias Negras não isentam o pesquisador de se identificar com a pesquisa, sendo assim a neutralidade científica é colocada à prova.

Além disso, o que designam por tema, na maior parte das vezes são pautas sociais o que gera desconforto no campo dos estudos tradicionais pela falta de compreensão que as ciências se encarregam de analisar a realidade e a sociedade, logo, pautas sociais podem ser

analisadas pelo viés científico. Neste caso, as pautas, pela ciência são consideradas de âmbito da militância, mas para campo das relações étnico-raciais, pesquisadores são militantes acadêmicos (Guimarães, 2020, p. 308).

A partir dessa aproximação com este posicionamento epistemológico, é importante reconhecer que apesar do comprometimento com o rigor científico e com a transparência de quem se propõe a construir coletivamente o conhecimento, há também as limitações do meu próprio repertório e a opacidade de quem entende que a academia não é um ente soberano frente à vida das pessoas. Escrevo com meus objetivos de pesquisa muito presentes e ciente de que sou intérprete de uma tradição que se iniciou muito antes e continuará até muito além da duração desta pesquisa. Essa escrevivência é, portanto, individual - no sentido que aqui estão as minhas vivências e eu sou responsável pelas escolhas e renúncias aqui materializadas -, mas, essencialmente coletiva, visto que estas experiências que analiso não existiriam somente por iniciativa minha.

Para apresentar nossas experiências, considerando os lugares distintos que ocupamos na disciplina, optamos por dividir este artigo em quatro partes. A primeira é esta introdução, onde contextualizamos não apenas a Geografia da População que nos referimos, mas também a própria escrita deste texto, apresentando nossos objetivos com o mesmo. Na segunda parte, Azânia traz a sua experiência como docente da disciplina, apresentando as intencionalidades a partir da construção do plano de aulas, o corpo de referências e as experiências pedagógicas desenvolvidas. Na terceira parte, Edla apresenta a sua experiência enquanto discente da disciplina, trazendo uma das saídas de campo realizadas no decorrer da proposta curricular. Por fim, juntas escrevemos nossas considerações finais acerca da experiência da disciplina, da escrita deste texto e, especialmente, dos possíveis caminhos para a Geografia da População brasileira.

EXPERIÊNCIA DOCENTE: POR UMA GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO DE CORPO INTEIRO

O processo de construção da disciplina de Geografia da População iniciou antes mesmo de minha participação no processo seletivo para contratação de professor substituto deste componente curricular. Durante o período que fiz meu mestrado, participei do Grupo de Estudos Espacialidades Marginais e Debates Epistemológicos, liderado pela professora Maria Helena Lenzi, na Universidade Federal de Santa Catarina. Nele, a partir de discussões da Geografia Feminista e das Geografias Negras, debatímos as potencialidades da Geografia da População através destes vieses.

Enquanto no mestrado me aproximei do Pensamento Decolonial, a partir do doutorado é o Pensamento Negro brasileiro e diaspórico quem dá régua e compasso para minha práxis acadêmica. Assim, ao pensar na constituição da disciplina, eu sabia que além de trazer autores negros e indígenas para o currículo, tinha como interesse pensar em práticas pedagógicas inspiradas na formação afro-popular da professora Jeruse Romão (Nogueira, 2024).

A formação afro-popular tem como principais características:

- 1) Ter como lócus os espaços formais de educação, mas também todos os lugares de interesse para a população negra. Nesse sentido, considerando as possibilidades de expansão da sala de aula, as saídas de campo se apresentam como ferramenta essencial de apropriação desses lugares de interesse;
- 2) Ser construída coletivamente e em diálogo entre grupos de diferentes experiências geográficas. Este aspecto foi elaborado a partir das partilhas do corpo discente de suas experiências pessoais, tanto na escala bairro - pensando na realidade de Salvador, mas também a partir de outros municípios;

3) Ter as pessoas envolvidas na formação afro-popular enquanto protagonistas da construção da mesma. Considerando o nosso contexto de ser uma disciplina curricular obrigatória de um curso de graduação, esse protagonismo foi exercido a partir da escrevivência.

Além dessa perspectiva de prática docente, parto da prerrogativa de que a ciência não é neutra, portanto, todas as decisões tomadas nos processos de construção do conhecimento são politicamente informadas a partir de seu lugar de fala. E lugar é um conceito caro para nós da Geografia. Ele fala de onde nossos pés pisam, das trajetórias que traçamos, de nossa identidade e de como ao mesmo tempo em que transformamos o espaço, ele nos transforma.

Por conta disso, a escrita de si foi a ferramenta metodológica escolhida para o desenvolvimento das atividades avaliativas da disciplina. As escritas foram propostas a partir dos temas das aulas durante o semestre.

Começamos as aulas apresentando o que a Geografia Populacional pode ser, a partir das nossas perspectivas. Com isso, falamos sobre o perfil da população brasileira, dando rosto, raça, sexo, idade, posição social e outras características geográficas importantes para a compreensão do povo enquanto povo, e não apenas enquanto números, mas encarnada. Na sequência, falamos sobre transição demográfica, envelhecimento populacional e transição da fecundidade. A partir de fatos históricos, contextualizamos os dados e gráficos que materializam essas mudanças na estrutura etária.

A abordagem sobre o Censo demográfico teve o enriquecimento da experiência de estudantes que participaram da pesquisa como recenseadoras/es. Além disso, falamos da categoria raça/cor através dos tempos, debatendo sobre a experiência racial no Brasil. A discussão sobre a categoria sexo nos permitiu discutir sobre gênero, justiça reprodutiva, masculinidade e imagens de controle. Estes debates, além da escala nacional, também foram aproximados à realidade local, através dos resultados do Censo demográfico na Bahia e em Salvador.

Discutir sobre a PNAD e outras pesquisas populacionais possibilitou entender as diferenças de metodologias e como a produção de dados também não é neutra, não apenas a interpretação destes dados.

O trabalho e renda, especialmente nas cidades, foi tema de debates também, tendo como protagonistas as trabalhadoras e trabalhadores por conta própria. A partir destas dinâmicas, falamos sobre migrações internas e externas, desenvolvimento humano e o Bem Viver enquanto alternativa para outros futuros.

No encerramento do semestre, ao perguntar para o corpo discente sobre de que forma a disciplina atingiu as suas expectativas, muitas das falas expressaram o contentamento em perceber que a Geografia da População é mais do que números. Apesar de termos abordado temas e conteúdos da vertente “clássica” da disciplina, o fizemos dando cara à população brasileira, que somos todos nós. Apesar da surpresa inicial com os rumos da experiência curricular, os trabalhos finais demonstraram a potência de falar da população do nosso país a partir de nossas pertenças.

A oportunidade de falar sobre si, sobre nossos lugares, nossas famílias, com o valor simbólico de estar na Universidade, mas validando conhecimentos tradicionais e histórias geracionais, foi um aspecto constantemente repetido na avaliação da disciplina. Junto a isso, se fez presente também o desafio de romper com décadas de ensino onde somos instigados a nos distanciarmos do que é considerado o fazer científico. A ideia de neutralidade do conhecimento nos afasta de reconhecer que a pesquisa fala de nossas formações para além dos muros dos espaços de educação formal.

Com isso, pudemos coletivamente questionar inclusive o que é Geografia e como ela é construída por esse coletivo, formado majoritariamente por discentes recém-chegadas/os ao curso, ou ainda nos primeiros semestres da graduação. Reconhecer nossa ciência como um campo em disputa, ainda que possua um objeto de estudo definido, deu abertura para que questionamentos aparentemente externos a ela se fizessem presentes. Assim, se tornou possível demonstrar na prática para futuras/os professoras/es de Geografia, a importância fundamental da nossa ciência na construção de justiça social através da educação.

Milton Santos, em *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*, diz que “vemos a realidade através da óptica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global de mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações” (Santos, 2013, p. 09). Nesse sentido, para além das discussões em sala, buscando localizar o corpo discente de nosso lugar no mundo, as saídas de campo se apresentam como ferramenta de materialização e fixação do conhecimento, trazendo nuance para os debates teóricos.

É importante apontar também que as saídas de campo proporcionaram experiências inéditas de apropriação de lugares de interesse como museus e territórios negros da cidade, tanto para aqueles que nasceram aqui, quanto para os que chegaram durante os seus percursos de aprendizagem. Nos relatórios de campo, várias pessoas indicaram que nunca haviam ido para museus antes, ou que há muitos anos não visitavam o Centro Histórico ou o Subúrbio da cidade. Pensando não apenas nas formações individuais, mas a importância que futuras/os professoras/es se apropriem de instrumentos de memória como museus, fazendo uma análise crítica de seus acervos e exposições, as saídas de campo construídas para este semestre se tornam ainda mais relevantes na expectativa docente. A seguir, Edla irá discorrer sobre como essa construção se materializou na perspectiva discente.

EXPERIÊNCIA DISCENTE: A VISITA DE CAMPO COMO FERRAMENTA ESSENCIAL NA GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO

A disciplina de Geografia da População do segundo semestre de 2024 na UFBA foi conduzida proporcionando uma relação mais pessoal e reflexiva com os espaços e a população que o ocupa, através das visitas de campo, das escrevivências dessas experiências e compartilhamento e diálogo com a turma. Neste sentido, a visita de campo se mostrou como uma ferramenta essencial para o estudo da população de forma crítica, pois permite que nós, estudantes e pesquisadores observemos diretamente as realidades sociais e espaciais, conectando teoria e prática, vivenciando as desigualdades e as contradições que estruturam o espaço geográfico e percebendo como as relações de poder e as dinâmicas econômicas influenciam a organização espacial da população.

Através da observação in loco, conseguimos observar os efeitos da especulação imobiliária, do planejamento urbano excludente, das políticas públicas que favorecem a concentração de riqueza em determinados espaços, ou a falta dessas, assim como questões de mobilidade. Esses problemas, que muitas vezes passam despercebidos em uma análise teórica ou na análise de dados estatísticos quantitativos que generalizam, ficam evidentes em campo, permitindo que questionemos as narrativas sobre a organização espacial e compreendamos como as populações são afetadas por essas dinâmicas.

Neste sentido, a visita ao centro de Salvador ofereceu então uma oportunidade para a compreensão das dinâmicas urbanas e populacionais de uma cidade repleta de contrastes históricos,

sociais e culturais. A partir dela foi possível fazer correlações com as ideias de Milton Santos em “O Centro da Cidade do Salvador” e “Cidadanias Mutiladas”, enriquecendo o aprendizado das disciplinas de Geografia da População e Geografia Urbana.

A saída de campo inicia na ocupação Carlos Marighela, situada em um prédio abandonado pela EMBASA, sendo um símbolo de resistência e luta pelo direito à moradia em um espaço tradicionalmente elitizado. A ocupação deste prédio, em um local predominantemente turístico, e as artes em sua fachada nos ajudam a parar e refletir sobre as falhas no sistema. As políticas públicas habitacionais não são efetivas e os imóveis que poderiam cumprir uma função permanecem ociosos devido à especulação imobiliária. A ação truculenta do governo ao tentar desalojar as famílias reflete o incômodo gerado pela presença de populações vulneráveis em áreas que o poder público e privado pretende manter exclusivos para as elites, alimentando a gentrificação. Esta situação é um exemplo claro do que Milton Santos define como “cidadanias mutiladas”, onde o direito à cidade é restrito a poucos, excluindo as camadas mais pobres da população.

A ocupação, no entanto, vai além da reivindicação pela efetivação do direito à moradia garantido pela Constituição Federal (1988). Ela possui múltiplas camadas e entre elas o papel de educar. Seja a educação no sentido literal, com aulas de reforço escolar com a Escola Nacional Eliana Silva, garantindo que crianças e jovens tenham acesso a um suporte educacional e alimentação, mas também nos ensinamentos de cidadania. Desta forma as pessoas são instruídas sobre seus direitos, fortalecendo o sentimento de pertencimento e consciência coletiva, através de debates, oficinas e convivência, em que compreendem a importância da luta por seus direitos, desenvolvendo um senso crítico sobre as injustiças sociais e se reconhecendo como sujeitos ativos.

A poucos metros da ocupação, que se encontra em processo de desocupação, o Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (MUNCAB) é mais do que um espaço de preservação histórica. É um local de resistência cultural e reconexão com as raízes afro-brasileiras, que nos convida à reflexão sobre as contribuições dos nossos povos na construção da identidade nacional, dando voz às histórias antes silenciadas.

Houve diversas tentativas de apagar/omitir um passado ligado a escravidão, para um “branqueamento” da história. A reforma do Elevador Lacerda é uma delas. O elevador foi um elemento essencial para conectar as duas partes de Salvador que historicamente sempre estiveram separadas por questões sociais e econômicas, como já descritas por Milton Santos. Ele é trajado como um ícone da cidade moderna e turística, no entanto, é importante destacar que tanto o Elevador Lacerda, quanto os Planos Inclinados, são mais do que meras atrações turísticas. Eles continuam desempenhando um papel fundamental na mobilidade urbana, integrando a Cidade Alta e a Cidade Baixa, permitindo a circulação diária de milhares de pessoas.

Ao descer do Plano Inclinado Gonçalves, em direção a Casa das Histórias de Salvador, nos deparamos com a região do Comércio. Como descrita por Milton Santos, a região, que já foi um centro vital de atividades econômicas e sociais, passou por um processo de decadência, com muitos edifícios ficando abandonados ou subutilizados. Isso é reflexo das mudanças socioeconômicas da cidade, onde o centro empresarial do Comércio foi sendo levado para outras áreas da cidade, como o Iguatemi, resultado principalmente da especulação imobiliária no local.

Como idealizado no Estatuto da Cidade, esses prédios, em vez de servirem apenas aos interesses do capital, deveriam ser reaproveitados para abrigar projetos sociais, culturais ou habitacionais que beneficiassem a população como um todo, reduzindo as desigualdades urbanas e promovendo

uma ocupação mais justa e equilibrada do espaço urbano. A situação de abandono revela a falha no cumprimento da função social da propriedade e a falta de um plano diretor que beneficie todas as camadas da sociedade.

A Casa das Histórias de Salvador foi um exemplo de uma nova função social a um casarão que estava abandonado e hoje é um espaço onde a história da cidade é contada a partir da perspectiva das pessoas comuns, aquelas que na visão de Milton Santos, são muitas vezes esquecidas pelas narrativas oficiais. Este espaço destaca a contribuição indígena e negra para a formação cultural e histórica de Salvador, oferecendo um contraponto às versões hegemônicas. A Casa das Histórias cumpre então a função de resgatar e preservar a memória coletiva da cidade, mostrando a importância de incluir as vozes dos marginalizados na construção da identidade urbana.

A visita de campo além de nos proporcionar o contato com a realidade local, também abriu espaço para fazermos correlações entre o que foi vivenciado no centro de Salvador e o trabalho que estava sendo desenvolvido para a disciplina de Geografia Urbana no qual eu escrevia sobre minha cidade natal, Delmiro Gouveia-AL. Mesmo com dinâmicas urbanas muito diferentes, ao passar pelo comércio com tantos edifícios fechados e ruas vazias, lembrei-me da sensação ao passar nas proximidades da Fábrica da Pedra que fica no centro da cidade e vê-la fechada, sem aqueles tantos operários que se amontoavam nas trocas de turnos, o quanto influenciou na dinâmica daquele local. Aqui me remeto aos simples detalhes, como o senhorzinho que vendia lanches ali na frente nas trocas de turnos dos operários, o que deveria acontecer também na frente dos prédios do Comércio.

Por fim, a visita ao centro de Salvador possibilitou nossa aproximação direta com a realidade, despertando uma reflexão crítica, que contribuiu para uma análise mais justa e contextualizada das questões populacionais. As experiências obtidas na visita também demonstraram como esse método de ensino é eficaz e contribui para a formação de cidadãos críticos, capazes de entender e questionar as estruturas de poder que moldam o espaço, devendo ser levado como método a ser aplicado por nós, futuros professores de Geografia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com a disciplina de Geografia da População foi marcante e transformadora tanto do ponto de vista discente quanto docente. O componente curricular foi conduzido de maneira diferente do que era esperado pelos estudantes, em que a expectativa era de uma disciplina densa, resumida a uma grande carga de leitura e análise de dados quantitativos. No entanto, a proposta docente trouxe uma abordagem que nos permitiu ir além da teoria que a Geografia tradicional propõe. Reconhecendo que todas as pessoas envolvidas possuem conhecimentos geográficos acerca da população, especialmente sobre a população brasileira, passamos a olhar as temáticas sob um olhar pessoal e reflexivo. Compreender nossas experiências de vida como lócus tanto para a constituição da disciplina, quanto para o desenvolvimento dos trabalhos, nos permitiu ocupar um lugar coletivo e intencional na produção do conhecimento. As visitas de campo e o compartilhamento dessas experiências coletivamente proporcionaram uma visão mais concreta das desigualdades e complexidades socioespaciais.

Ao pensar o modo de fazer Geografia a partir da Escrevivência, outras metodologias de ensino se apresentam. O exercício da escrita de si se mostrou essencial para aprofundar o aprendizado, pois, diferente dos relatórios tradicionais, essa metodologia incentivou as/os discentes a transformar

nossas vivências em narrativas carregadas de reflexões e críticas, relacionando a teoria e com nossas experiências pessoais, dialogando com os autores que estudamos. Além disso, o compartilhamento das escrevivências com a turma também foi muito importante, pois nos permitiu ouvir diferentes narrativas e entender diferentes formas de enxergar e viver o espaço.

Por fim, as experiências da vivência do campo e escrevivência foram um exercício de posicionamento e construção de nossas identidades como professora em atividade, futura professora, geógrafas em constante formação e cidadãs. Esperamos que as experiências aqui compartilhadas possam contribuir e despertar o desejo de pensar uma Geografia da População além das teorias tradicionais, trazendo o corpo, a identidade, a materialidade do povo brasileiro que está cada vez mais dentro das salas de aula das universidades públicas do país para o centro do processo educacional. Reiteramos a importância dessas ferramentas essenciais para conectar o ensino teórico com as realidades vividas pelas/os estudantes, pois acreditamos que essas metodologias são essenciais para o cumprimento da função social da Geografia no ambiente educativo: despertar o senso crítico, para que possamos questionar as estruturas de poder que moldam o espaço e ter voz para narrar nossas vivências enquanto protagonistas destes processos.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1^a edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

EVARISTO, Conceição. A Escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrevivência:** a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. 26-47. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 16 mai 2024.

GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias Negras & Geografias Negras. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 292–311, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/866>. Acesso em: 30 out. 2024.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia:** Pequena História Crítica. Annablume, 20^a. ed. São Paulo, 2005.

MORMUL, Najla Mehanna. Geografia Humana e Geografia da População: pontos de tensionamento e aprofundamento na ciência geográfica. **Caderno de Geografia**, v. 23, n. 40, p. 33-47, 2013.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. “Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas”: a formação afro-popular e a construção de políticas públicas na práxis da professora Jeruse Romão. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, p. e0113, 2024. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/24363>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: **O Preconceito**. São Paulo: IMESP, v. 1997, p. 133-144, 1996.

SANTOS, Milton. **O Centro da Cidade do Salvador:** Estudo de Geografia Urbana. 2. ed. São Paulo: Edusp; Salvador: Edufba, 2008.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.